



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Avenida Aristeu de Andrade nº 377 - Bairro Centro - CEP 57051-090 - Maceió - AL



DESPACHO

Maceió, 19 de julho de 2021.

À SAD,

Paralelamente à COSEG para ciência.

Senhor Secretário,

Considerando a importância do tema O QUE MUDA COMA NOVA LEI DELICITAÇÕES?, não apenas para esta unidade, mas para todos os servidores que direta ou indiretamente atuam na gestão e fiscalização de contratos (SMR, SAPEV, SAD, COMAP, DG, GPRES); considerando ainda a atualidade dos temas que se propõe abordar:

- Entender as principais alterações e novidades da nova Lei de Licitações, a quem se aplica e prazos de entrada em vigor;
- Conhecer a nova Lei e preparar-se para aplicar de forma segura o novo regime das contratações públicas;
- Dominar polêmicas e controvérsias relacionadas ao planejamento e julgamento das licitações, às principais hipóteses de dispensa e inexigibilidade e à execução dos contratos administrativos;
- Conhecer os entendimentos do TCU e do Judiciário que devem guiar a interpretação e a aplicação da nova Lei;
- Estudar e debater as principais novidades e alterações nas licitações e nos contratos com grandes especialistas no assunto.

Pelo presente, encaminhamos a Vossa Senhoria proposta de treinamento a ser realizado no ambiente da Zênite (www.zeniteonline.com.br), pelos Professores Joel de Menezes

Niebuhr, José Anacleto Abduch Santos, Ricardo Alexandre Sampaio e Rodrigo Vissotto Junkes, cujas experiências podem ser comprovadas através dos currículos resumidos:

Professor Joel de Menezes Niebuhr: Advogado inscrito na OAB/SC sob o nº 12.639. Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP. Mestre em Direito pela UFSC. Professor Convidado de cursos de especialização em Direito Administrativo. Autor dos livros: Princípio da isonomia na licitação pública (Florianópolis: Obra Jurídica, 2000); O novo regime constitucional da medida provisória (São Paulo: Dialética, 2001); Dispensa e inexigibilidade de licitação pública (3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011); Pregão presencial e eletrônico (8. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020); Registro de preços: aspectos práticos e jurídicos (2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013, em coautoria com Edgar Guimarães); Licitação pública e contrato administrativo (4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015); Licitações e contratos das estatais (Belo Horizonte: Fórum, 2018, em coautoria com Pedro de Menezes Niebuhr); e Regime emergencial de contratação pública para o enfrentamento à pandemia do covid-19 (Belo Horizonte: Fórum, 2020), além de diversos artigos e ensaios publicados em revistas especializadas.

Professor José Anacleto Abduch Santos: Procurador do Estado do Paraná. Advogado especialista em contratações públicas. Mestre e doutor em Direito Administrativo pela UFPR. Professor de Direito Administrativo do Centro Universitário Curitiba (UniCuritiba); professor e coordenador do Curso de Especialização em Licitações e Contratos Administrativos da UniBrasil; professor de cursos de pós-graduação, treinamentos e eventos nas áreas de licitações e contratos administrativos, contratações públicas sustentáveis, microempresa e empresa de pequeno porte, concessões de serviços públicos e parcerias público-privadas. Exerceu cargos e funções de Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Estado do Paraná; Procurador-Geral do Estado Substituto; Coordenador do Curso de Graduação em Administração Pública da UniBrasil; Presidente dos Conselhos de Administração e Fiscal da ParanaPrevidência; e Presidente de Comissões Especiais e Permanentes de Licitação no Estado do Paraná. Membro das Comissões de Gestão Pública e Infraestrutura da OAB/PR e da Comissão Especial de Direito Administrativo da OAB Federal. Autor das obras Contratos administrativos: formação e controle interno da execução – com particularidades dos contratos de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços terceirizados; Contratos de concessão de serviços públicos: equilíbrio econômico-financeiro; e Licitações e o Estatuto da

Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Coautor das obras Comentários à Lei nº 12.846/2013: Lei Anticorrupção; e Lei das Estatais: comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei nº 13.303/2016. Autor de artigos técnicos sobre licitações e contratos administrativos publicados em revistas especializadas. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5637223172703835>.

Professor Ricardo Alexandre Sampaio: Advogado. Consultor na área de licitações e contratos. Foi Diretor Técnico da Consultoria Zênite. Integrante da Equipe de Redação das Soluções Zênite e da Equipe de Consultores Zênite. Colaborador da obra Lei de licitações e contratos anotada (6. ed. Zênite, 2005). Autor de diversos artigos jurídicos.

Professor Rodrigo Vissotto Junkes: Advogado. Doutorando em Direito pela UBA. Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela UNIVALI. Especialista em Direito Administrativo e em Direito Civil. Consultor na área de licitações e contratos. Integrante da Equipe de Consultores Zênite. Participante do Observatório Nacional de Políticas Públicas e de cursos no Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A carga horária prevista é de 20 horas, e o período de realização do curso será de 20 a 24 de setembro de 2021. As aulas terão duração diária de quatro horas (14h às 18h), sendo aproximadamente 3h de apresentação, um intervalo de 15 minutos e até 1h para responder perguntas (Conteúdo Programático 0919097).

A contratação em tela justifica-se pela necessidade de capacitação contínua de fiscais e gestores contratuais, sendo, inclusive uma recomendação do próprio TCU, através da relatoria de sua 2ª Câmara, pela Ministra Ana Arraes, que orientou a promoção de capacitação contínua de servidores envolvidos na gestão e fiscalização de contratos com vistas a aperfeiçoar o setor de contratação.

Com essas considerações remetemos o procedimento para análise e continuidade.

Respeitosamente,

Guilherme Machado Rebelo

Chefe da SEGEC



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME MACHADO REBELO**, **Chefe de Seção**, em 19/07/2021, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-al.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0919098** e o código CRC **0FFC5FE6**.

0005215-18.2021.6.02.8000

0919098v1